

O Estado da Educação 2016: breves notas

PEDRO ABRANTES

Desde 2010 que o Conselho Nacional de Educação tem vindo a publicar sucessivas edições do *Estado da Educação*, oferecendo-nos uma visão atualizada e de conjunto sobre o sistema educativo português, complementada por alguns aprofundamentos temáticos.

A última edição, divulgada em Dezembro de 2017, compila dados essencialmente de 2015 e 2016, analisando as evoluções face aos anos anteriores. Na leitura deste relatório devemos, portanto, começar por distinguir estas duas dimensões.

Num primeiro plano, temos então a atualização de um olhar panorâmico e quantitativo sobre as grandes tendências do sistema educativo português, em termos de rede escolar (capítulo 2), taxas de escolarização nos diferentes níveis e modalidades educativas (capítulo 3), corpo docente (capítulo 4) e financiamento (capítulo 5).

A este propósito, a edição mais recente apresenta poucas novidades, o que aliás era expectável tendo em conta que se centra, sobretudo, em tendências de ciclo longo, além de que 2015 e 2016 representaram, sobretudo, anos de transição.

Assim sendo, por um lado, o relatório espelha ainda um quadro de contração do sistema, sobretudo associado à redução acentuada das taxas de natalidade e a um saldo migratório negativo, durante os anos da crise económica, bem como às políticas de austeridade que, sobretudo em 2012 e 2013, produziram um corte brutal e súbito dos recursos alocados à educação.

Embora seja importante não menosprezar que estes processos têm efeitos prolongados no sistema educativo, por exemplo, ao nível da redução do número de crianças e jovens, bem como ao nível da deterioração dos equipamentos e do envelhecimento do corpo docente, que se irão fazer sentir ainda por alguns anos, também será precipitado não atender ao facto de, em 2015 e 2016, já se ter assistido a uma certa estabilização e até crescimento moderado – não apenas no plano económico, mas também no plano educativo – que, sabemos hoje, se acentuou em 2017, pelo que devemos também desconfiar das previsões mais catastrofistas para o futuro que se baseiam em tendências lineares e, pelo contrário, preparar-nos para que o sistema irá voltar a crescer, com necessidades de acolher mais alunos e

também mais professores e outros profissionais, dentro de poucos anos.

As políticas não são, obviamente, neutras a este propósito. Medidas como a universalização do pré-escolar, a promoção do sucesso escolar e a revitalização da educação de adultos, implicam uma expansão do sistema educativo que, de alguma forma, veio já reequilibrar o efeito de contração provocado pela crise demográfica e pelas políticas de austeridade.

Por outro lado, o relatório vem confirmar o processo continuado, ao longo dos últimos quinze anos, de redução do abandono precoce da educação e formação, bem como de aumento progressivo das taxas de escolarização e qualificação da população portuguesa, mas que foi concomitante com taxas persistentemente elevadas de insucesso escolar, logo a partir do 2.º ano de escolaridade e alcançando os seus valores máximos na disciplina de Matemática.

Nada de novo, portanto, ainda que valha a pena atender a dois aspetos sublinhados no relatório, com base nos dados recolhidos pela Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência: a forte correlação com as condições socioeconómicas das famílias dos alunos e o carácter acumulativo da retenção. Por outras palavras, a larga maioria dos alunos que reprova vive em contextos desfavorecidos, tem classificações negativas a Matemática e volta a ter avaliação negativa a esta disciplina, no ano seguinte a ficar retido, o que atesta bem o fracasso da retenção enquanto medida de recuperação dos alunos.

Estas constatações têm conduzido a medidas governamentais de grande dimensão, tanto ao nível da promoção do sucesso escolar como da orientação, flexibilidade e autonomia curriculares, tomadas de forma necessariamente participada, planeada e faseada. Será, portanto, interessante analisar os seus expectáveis impactos crescentes, nas próximas edições destes reportes estatísticos.

Num segundo plano, temos a dimensão não menos interessante dos aprofundamentos temáticos. A este propósito, o *Estado da Educação 2016* dá especial atenção – até pelo posicionamento logo no capítulo inaugural do relatório – ao trabalho coordenado pelo próprio Conselho Nacional de Educação de exploração de

bases de dados internacionais, produzidas no âmbito de grandes estudos sobre as competências dos alunos realizados em 2015, nomeadamente, o PISA e o TIMMS.

Esta análise inclui uma grande bateria de indicadores, dos quais será de destacar a melhoria progressiva dos resultados obtidos pelos estudantes portugueses, entre 2000 e 2015, mas também o forte impacto (claramente acima das médias europeias) das condições socioeconómicas da família nos resultados dos alunos e, sobretudo, nas probabilidades de ser retido. Esta comparação internacional inclui também alguns aspetos relativos às condições e práticas docentes, assinalando, por exemplo, que em 2015 os professores portugueses privilegiavam ainda o modelo de aulas expositivas, mais do que na maioria dos países europeus, não existindo diferenças significativas em função do grupo etário dos professores. Este dado está, aliás, em linha com a constatação de que formação dos professores em Portugal era ainda escassa, em áreas como avaliação, pensamento crítico, TIC e alunos com NEE, mantendo um enfoque primordial nos currículos e conteúdos disciplinares.

De referir ainda que, na última parte, o *Estado da Educação 2016*

inclui onze pequenos capítulos de especialistas convidados. Não sendo possível abordar agora os onze estudos – cada um deles merecedor de uma síntese igual à que se procurou elaborar para todo o relatório, até pela diversidade e riqueza das abordagens – destaque, pela sua capacidade de sistematização, a análise do universo das teses de doutoramento defendidas em Portugal, na área das Ciências da Educação, ao longo dos últimos trinta anos, por parte de Norberto Ribeiro e Isabel Menezes.

Sem trazer grandes novidades, o *Estado da Educação 2016* não deixa, portanto, de compilar um enorme volume de informação dispersa para compor um retrato panorâmico do sistema, muito útil para todos aqueles que dedicam a vida à educação, em Portugal, compreendermos o contexto em que vivemos e discutirmos o sentido da nossa ação.

PEDRO ABRANTES

UNIVERSIDADE ABERTA, CIES-IUL. ATUALMENTE, EM COMISSÃO DE SERVIÇO, COMO TÉCNICO ESPECIALISTA DO GABINETE DO MINISTRO DA EDUCAÇÃO.

MATERIAIS PARA A AULA DE MATEMÁTICA

Explorando o livro “365 pinguins”

As tarefas apresentadas têm como contexto o livro “365 pinguins”, um livro com conteúdo matemático incorporado (ver artigo *Para uma bibliografia comentada de livros infantis “com matemática”* desta revista). O livro conta a história de uma família a casa de quem, no primeiro dia do ano, chega uma encomenda surpresa: um pinguim! Na manhã seguinte, uma nova encomenda – mais um pinguim! Os dias vão-se passando e, em cada um, chega uma encomenda com mais um pinguim. Surge então um grande problema – o que fazer com tantos pinguins? Este é o mote para algumas propostas que envolvem vários desafios numéricos que vão sendo colocados ao longo da história, sendo essencial para a sua compreensão a interação entre o texto escrito e as imagens.

Do ponto de vista matemático a história é um bom contexto para resolver problemas numéricos envolvendo, sobretudo, as operações multiplicação e divisão e tirando partido das imagens sugestivas que acompanham o texto. Permite, também, explorar sequências de acontecimentos e as relações entre as diferentes unidades de medida de tempo (dia, semana, mês e ano).

As tarefas apresentadas destinam-se ao 3.º ano de escolaridade e foram exploradas no âmbito do Mestrado em Educação Pré-Escolar e Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico. Realça-se que as tarefas vão sendo propostas à medida que a história se desenrola e não todas de uma vez.

FÁTIMA MENDES, BEATRIZ RIBEIRO e INÊS SOARES

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO INSTITUTO POLITÉCNICO DE SETÚBAL